

Meta é fugir do déficit externo

Arquivo

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – “R\$ 20 bilhões é o tamanho da coragem do governo para enfrentar a crise financeira internacional”, avaliou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, ontem, ao **JORNAL DO BRASIL**, depois do anúncio do pacote. A crise deixou um aviso claro para o país: o mundo não está mais disposto a financiar um déficit externo (em transações correntes) de 4% a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) – o equivalente a US\$ 34 bilhões ao ano. Só resta, portanto, reduzir essa dependência externa. E todo malabarismo será feito para isso, cortando despesa, aumentando impostos, vendendo bônus da Eletrobrás no exterior lastreado em conta de luz (recebíveis) ou antecipando a redução da importação de petróleo.

Se R\$ 20 bilhões não forem suficientes, o governo acionará mais medidas ao longo do próximo ano, tendo clara, também, outra grave limitação: o salto nas taxas de juros só pode durar, na pior das hipóteses, até fevereiro do ano que vem. Daí em diante, e de preferência antes disso, o Banco Central terá que começar a reduzir os juros sob o risco de esmagar, com a inadimplência, o sistema financeiro e inchar a dívida interna.

Apesar de ser um ajuste de grande porte, o impacto efetivo sobre as contas do setor público dependerá de outras variáveis. O orçamento da União foi feito com base numa estimativa de crescimento econômico de 4%, o que não é mais viável. Será, na hipótese mais otimista, 2%. Talvez não chegue a isso. Considerou, também, uma taxa de inflação de cerca de 6%. Imagina-se, agora, não mais do que 2% de inflação para o ano que vem. Portanto, as receitas orçamentárias estão superestimadas. A arrecadação de impostos depende do nível da atividade econômica. Se o quadro é recessivo, ela despenca. E os juros, esses são mortais. Contaminam diretamente a dívida interna em títulos do governo. Visto pela nova perspectiva, pós crise financeira internacional, nem o governo sabe dizer com precisão se o pacote fiscal anunciado ontem é suficiente.

Ele até trabalha com a possibilidade de superávit primário das contas públicas – receitas menos despesas correntes, o que exclui os juros – de 2,5% do PIB em 1998. Mas, para ser mais cauteloso, o governo está admitindo um superávit de não mais que 1,5% do PIB.

De uma coisa os economistas de dentro e de fora do governo estão seguros: esse era um pacote absolutamente necessário para inverter a trajetória de dois déficits gêmeos. O déficit público (nominal, que inclui todas as receitas e despesas corrigidas pela inflação) de 4,68% do PIB precisa cair rapidamente; e o déficit externo, que é sua contraface, deve mostrar de imediato sua perda de musculatura.

Para que o déficit externo diminua, o saldo negativo da balança comercial também tem que emagrecer. O governo já espera para o ano que vem mais exportações – e ontem criou novos instrumentos para isso – e menos importações. O déficit comercial, na estimativa de analistas de fora do governo, pode despencar em 1998 para a casa dos US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões e, ao murchar também o buraco da balança de serviços, as contas correntes do balanço de pagamentos poderiam cair para a casa dos 3% do PIB.

Apesar de a linguagem econômica obscurecer a ligação entre as contas internas e externas do país e o mundo real do cidadão, foi no bolso deste que o governo buscou parte do reforço de caixa para atravessar o furacão que veio da Ásia: os assalariados vão ter que pagar 10% a mais de imposto de renda em 1998 e 1999. Vão pagar mais caros os combustíveis, deduzir menos despesas médicas e outras do imposto de renda. Vão pagar mais Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre carros e bebidas. Numa soma grosseira, o cidadão vai contribuir com cerca de R\$ 3,6 bilhões para o ajuste, entre aumento da taxa de embarque internacional, aumento dos preços dos combustíveis, do imposto de renda e do IPI.

Do funcionalismo público, a conta também veio pesada. Há três anos sem reajuste de salários, ficará mais o ano de 1998 a ver navios e perdeu vantagens como a incorporação de um décimo do salário sobre cargos e funções e do adicional de serviço extraordinário no exercício de cargo de confiança, entre outras medidas, como demissão de não estáveis e redução de 10% dos DAS.

Os bancos oficiais também foram chamados a contribuir com R\$ 1 bilhão no pacote de ajuste fiscal. Eles terão que entrar num regime especial de dividendos, retroativo a 1996 e até 1998, aplicando todo o lucro no resgate de dívida do Tesouro Nacional, enquanto que as empresas estatais terão que cumprir metas de depósito no extramercado. Ou seja, terão que aplicar em títulos públicos seus excedentes. Além de mais R\$ 5,7 bilhões de corte de investimentos, custeio e pessoal e pagamento de impostos e dividendos à União.

Todo o conjunto de 51 medidas anunciadas ontem tem uma direção: aumentar a poupança interna do país. Como o setor público não poupa, ao contrário, gasta mais do que tem, parte do pacote corta gastos e outra parte aumenta as receitas. Se não poupa, pelo menos os governos (federal, estadual e municipal) reduzem a apropriação da poupança privada. Com mais poupança doméstica, o país precisará captar menos poupança externa.



O deputado Delfim Neto elogiou as medidas de ajuste, mas ironizou o governo, dizendo que tomou a decisão certa pelo caminho errado